

PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO

OVERVIEW OF NATIONAL SCIENTIFIC PRODUCTION ON PUBLIC BUDGET

Mariane Rodrigues Fidelis¹
Michele Rílany Rodrigues Machado²
Lúcio de Souza Machado³

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi investigar o panorama da produção científica nacional sobre orçamento público durante o período de 2011 a 2021. Quanto a classificação metodológica, esta pesquisa classifica-se como descritiva com abordagem quantitativa. Para atingir o objetivo, foram realizadas análises bibliométricas com o emprego de 3 leis: a Lei de Bradford, Lei de Lotka e Lei de Zipf. Além disso, também foram realizadas análises de redes de colaborações científicas entre os autores e entre as instituições de ensino superior. A base de dados foi composta por 72 artigos de 43 periódicos coletados na plataforma Spell. Os resultados comprovaram os preceitos das três leis bibliométricas analisadas. Foi constatado que a maior parte das publicações foram realizadas por homens e que a abordagem mais utilizada nos trabalhos foi a qualitativa. A Revista do Serviço Público e a Revista de Administração Pública foram as que mais contribuíram. A maioria das publicações foi realizada em coautoria, ou seja, com a colaboração de mais de um autor. Rogério João Lunkes foi o autor que realizou mais parcerias no período analisado e a Universidade de Brasília foi a instituição de ensino superior que mais se destacou. Conclui-se que existe escassez de pesquisas sobre orçamento público com análises das leis bibliométricas e das redes de colaborações científicas.

PALAVRAS-CHAVE: Orçamento Público; Finanças Públicas; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Administração Pública.

ABSTRACT: *The aim of the present study was to investigate the panorama of national scientific production on public budget during the period from 2011 to 2021. In regards to the methodological classification, this research is classified as descriptive with a quantitative approach. To achieve the studies aim, bibliometric analyzes were carried out considering 3 laws: Bradford's Law, Lotka's Law and Zipf's Law. In addition, analyzes of networks of scientific collaborations among the authors and among higher education institutions were also carried out. The database consisted of 72 articles from 43 journals collected on the Spell platform. The results confirmed the precepts of the three bibliometric laws analyzed. It was noticeable that most of the publications were carried out by men and that the most used approach in the works was the qualitative approach. The public service magazine and the public administration magazine contributed the most. Most publications were co-authored, that*

¹ Contadora. Universidade Federal de Goiás. Campus Samambaia, Rua Samambaia, s/n, Chácaras Califórnia, Goiânia, Estado de Goiás. Telefone: (62) 3521-1390. E-mail: marianefideliss@gmail.com.

² Doutora em Administração. Universidade Federal de Goiás. Campus Samambaia, Rua Samambaia, s/n, Chácaras Califórnia, Goiânia, Estado de Goiás. Telefone: (62) 3521-1390. E-mail: michelemahado@ufg.br.

³ Doutor em Psicologia. Universidade Federal de Goiás. Campus Samambaia, Rua Samambaia, s/n, Chácaras Califórnia, Goiânia, Estado de Goiás. Telefone: (62) 3521-1390. E-mail: luciomachado@ufg.br.

is, with the collaboration of more than one author. Rogério João Lunkes was the author who made more partnerships in the analyzed period and the University of Brasília was the higher education institution that stood out the most. It is concluded that there is a shortage of research on public budget regarding analyzes of bibliometric laws and scientific collaboration networks.

KEYWORDS: *Budge Publica; Public Finance; Accounting Applied to the Public Sector; Public administration.*

1 INTRODUÇÃO

O estudo do orçamento público é fundamental para entender a forma como os gastos do governo são realizados (Peres; Santos, 2020). Tais gastos são financiados pela população, a qual entrega parte dos seus rendimentos ao governo para que este execute as políticas públicas que foram detalhadas no orçamento. Pires e Motta (2006, p.16) referem-se ao orçamento como “o principal instrumento de controle dos recursos públicos”.

Ao longo dos anos, o processo orçamentário foi mudando de acordo com as necessidades do governo e da sociedade. O modelo mais moderno de orçamento utilizado no país é o orçamento-programa. Giacomoni (2012) afirma que esse tipo de orçamento, diferentemente do orçamento tradicional, é considerado como o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização. Ele permite a identificação de todos os custos que serão incorridos para alcançar os objetivos e as metas propostas (Nunes; Oliveira; Béu, 2015). Se bem elaborado, o orçamento público pode estimular o desenvolvimento e trazer bem-estar para a população, reduzindo as despesas, a carga tributária e criando programas de apoio ao cidadão, além disso, ele deixa claro as responsabilidades dos líderes políticos diante do povo (Pires; Motta, 2006).

Pesquisas sobre o assunto são importantes para averiguar o que vem sendo estudado ao longo dos anos. A utilização de técnicas bibliométricas para análise desses estudos podem auxiliar na tarefa de sistematizar o que já foi pesquisado e identificar lacunas que poderão ser exploradas em pesquisas futuras (Chueke; Amatucci, 2015). Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2016) destacam que o crescimento acelerado da produção científica mundial ocorre acompanhado da colaboração entre autores. Logo, percebe-se a importância de se analisar as pesquisas sobre orçamento público no tocante a formação das redes de colaboração científica.

Nesse sentido, o problema da pesquisa se fundamenta na seguinte questão: Qual o panorama da produção científica nacional sobre orçamento público durante o período de 2011 a 2021? Assim, objetiva-se investigar o quadro da produção científica nacional sobre orçamento público utilizando-se das leis da bibliometria e análise de redes de colaboração. Pesquisas de Carneiro, Araújo e Vieira (2021) e de Freitas, Silva e Prado (2017) mostraram que o orçamento público está entre os subtemas mais pesquisados no que concerne a contabilidade aplicada ao setor público, o que mostra a importância do assunto.

O estudo justifica-se devido a relevância do tema para a sociedade, visto que a gestão do orçamento público brasileiro interfere diretamente na vida da população. Além disso, pode ser relevante ao trazer contribuições à comunidade científica, pois a análise de pesquisas anteriores poderá permitir um maior entendimento do panorama atual sobre a temática ao indicar tendências ou até mesmo novas oportunidades de estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade e orçamento público

A Contabilidade, de acordo com Iudícibus et al. (2010), foi concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente. É o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões (Marion, 2009).

Nesse contexto, pode-se citar o orçamento como uma das ferramentas da contabilidade para planejar, controlar e gerir o patrimônio. Ele é um plano financeiro que implementa estratégias e metas da empresa para um determinado período; além disso, permite a avaliação de desempenho tanto da empresa quanto dos seus gestores. É um dos pilares do sistema de gestão, e pode ser utilizado para prestar contas do que foi executado (Frezatti, 2009).

No que se refere a administração pública, atualmente, o orçamento público é exigido por meio da Constituição Federal, devendo ser aprovado pelo Poder Legislativo e disponibilizado à população anualmente (Brasil, 2022). Para Silva (2014), o orçamento público é um instrumento importante para o planejamento e execução das finanças públicas, seu conceito está ligado à previsão das receitas e fixação das despesas. Já Santos (2001) destaca que o orçamento é um plano de atividades do governo, em que estão discriminados os serviços que ele presta aos cidadãos e quanto eles custam.

O art. 2º da Lei nº 4.320 (Brasil, 1964) articula sobre a lei do orçamento e determina que nela deverá conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. Para Pires e Motta (2006), o orçamento público é elaborado de modo a identificar os recursos que estarão disponíveis no período de vigência para que possa atender as necessidades e prioridades estabelecidas pelo gestor público.

Assim, deve ser utilizado como forma de controle para garantir que os gastos da administração pública não ultrapassem os valores arrecadados no período de vigência. “Em respeito ao princípio do equilíbrio, poderá haver mais receitas que despesas e não o contrário” (Silva, 2014, p. 40).

2.2 Orçamento público no Brasil

Os principais tipos de orçamento utilizados pelo poder público são: orçamento de desempenho, orçamento tradicional, orçamento participativo, orçamento-programa e orçamento de base zero (Silva, 2014). No Brasil, é utilizado o orçamento programa, o qual foi introduzido no país por meio do Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967 (Nunes; Oliveira; Béu, 2015).

A principal característica desse tipo de orçamento é que a elaboração deve “ser feita em função daquilo que se pretende realizar no futuro” (Silva, 2014, p.33), de modo a “traduzir os projetos e programas de governo, bem como as políticas financeiras, econômicas e sociais” (Xerez, 2013, p.4) para atender as necessidades da população como um todo. O orçamento-programa é “expresso por um conjunto de ações a serem realizadas e pela identificação dos recursos necessários” (Nunes; Oliveira; Béu, 2015, p.429). Sendo que, no modelo utilizado atualmente, compreende a elaboração e execução de três leis previstas no art. 165 da Constituição Federal: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA), que em conjunto formam o sistema de planejamento-orçamento do país (Silva, 2014).

De acordo com Koscianski (2003), essas leis devem ser elaboradas pelo Poder Executivo de todas as esferas governamentais, ou seja, pela União, estados, Distrito Federal e municípios. Em seguida, devem ser entregues ao Poder Legislativo correspondente para aprovação e posteriormente devolução ao Poder Executivo para sanção.

O plano plurianual (PPA) estabelece os objetivos, metas e diretrizes da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como os novos programas

de duração continuada como, por exemplo, os programas sociais. Sua vigência é de 4 anos (Koscianski, 2003; Silva, 2014). No caso da União, a proposta deve ser enviada ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato presidencial, e este precisa devolvê-la até o dia 22 de dezembro para sanção presidencial (Silva, 2014).

Outra lei que compõe o sistema orçamentário do Brasil é a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), a qual foi instituída pela Constituição Federal para criar um elo entre o plano plurianual (PPA) e a lei orçamentária anual (LOA) (Brasil, 2021). A LDO compreende as prioridades e metas da administração pública para o exercício financeiro seguinte. Segundo Xerez (2013, p.8) possui “a função de orientar a elaboração e execução da lei orçamentária anual, bem como dispor sobre as alterações na legislação tributária”. A aprovação e sanção ocorrem antes do envio da LOA ao Poder Legislativo e tem vigência de um ano. No caso da União, o projeto da LDO deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 17 de abril para aprovação, retornando até o dia 17 de julho para sanção presidencial; enquanto a LOA deve ser enviada ao Poder Legislativo até 31 de agosto, retornando para sanção até 22 de dezembro (SILVA, 2014).

A LOA tem como objetivo viabilizar que as ações planejadas no plano plurianual sejam de fato executadas. Além de estar em consonância com o PPA e a LDO, ela precisa seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Nunes; Oliveira; Béu, 2015). Deve conter a estimativa das receitas e a fixação das despesas da administração pública pelo período de 01 de janeiro a 31 de dezembro. Poderá haver mais receitas que despesas, mas nunca o contrário (Silva, 2014).

Ademais, o orçamento público deve ser elaborado em consonância com os princípios orçamentários: legalidade, exclusividade, equilíbrio, universalidade, totalidade, anualidade, orçamento bruto e publicidade (Silva, 2014). É importante ressaltar que o orçamento público no Brasil é realizado através de um ciclo, mais conhecido como ciclo orçamentário. Para Milioni, Behr e Goulart (2015, p.171), esse ciclo compreende uma “sequência de fases, que devem ser cumpridas, como exigências das atividades típicas que englobam o orçamento público”. Ele é elaborado em quatro etapas: elaboração, estudo e aprovação, execução e controle. A elaboração é a fase em que são fixados os objetivos, levando em consideração todas as despesas já existentes e as que serão criadas. Nesta etapa, é realizada a previsão das receitas e fixação das despesas (Koscianski, 2003; Milioni; Behr; Goularte, 2015).

O Poder Executivo recebe as propostas parciais elaboradas pelo Ministério Público, Poder Legislativo, Poder Judiciário e pelo tribunal de contas referentes as suas despesas para que sejam consolidadas e entregues ao Poder Legislativo (Milioni; Behr; Goularte, 2015). Já na fase de estudo e aprovação, cabe ao Poder Legislativo discutir e aprovar os temas abordados nas propostas recebidas para, em seguida, devolvê-las ao Poder Executivo para sanção. Caso sejam necessárias, emendas podem ser realizadas, desde que não contrariem os objetivos propostos e que existam receitas suficientes para a sua realização (Milioni; Behr; Goularte, 2015). Para Koscianski (2003), a execução orçamentária se materializa na realização dos objetivos e metas que constam nas leis orçamentárias que foram aprovadas e sancionadas. Durante a execução, os recursos devem ser utilizados de modo mais racional possível.

Por fim, cabe aos órgãos de controle verificarem se os gastos públicos ocorreram de acordo com o previsto na LOA, no PPA e na LDO. Esse controle pode ser interno, realizado pela própria entidade, ou externo, quando é executado pelo Poder Legislativo juntamente com os tribunais de contas (Milioni; Behr; Goularte, 2015). O controle externo realiza a fiscalização de todo o processo orçamentário avaliando se os recursos públicos foram empregados de acordo com os princípios da probidade e da legalidade (Koscianski, 2003).

Apesar do processo de elaboração do orçamento público ser bastante rigoroso, algumas críticas podem ser destacadas. Ferreira e Oliveira (2017) afirmam que o orçamento público deve refletir a concretização dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, entretanto, disputas de poder afastam a eficiência durante a execução do orçamento. Isso ocorre porque o orçamento público possui caráter autorizativo, nesse caso, mesmo que haja previsão de determinados

gastos, o Poder Executivo não é obrigado a realizá-los. Logo, é comum que durante a execução do orçamento, sejam realizadas alterações através de remanejamentos ou cancelamentos de despesas. Tais manobras podem frustrar as expectativas que haviam sido propostas na lei orçamentária, criando uma crise nas finanças públicas do país (Ferreira; Oliveira, 2017).

2.3 Pesquisas anteriores em orçamento público

A análise de pesquisas anteriores com o tema orçamento público são relevantes para verificar o que já foi publicado sobre o assunto, identificar possíveis tendências entre os autores, como técnicas mais adotadas, além de averiguar as contribuições no meio acadêmico. Deste modo, é possível identificar possíveis lacunas que ainda não foram preenchidas e carecem de estudos. A Figura 1, apresentada a seguir, foi elaborada para sintetizar algumas informações encontradas sobre pesquisas em orçamento público.

Figura 1 - Pesquisas anteriores em orçamento público

Autor(es)	Título	Classificação metodológica	Principais Resultados
Xerez (2013)	A evolução do orçamento público e seus instrumentos de planejamento.	Pesquisa bibliográfica e documental com natureza descritiva.	As partes que compõem a atual estrutura do orçamento público ocasionaram uma melhoria nos métodos adotados para um perfeito desempenho da gestão pública. A criação dos instrumentos de planejamentos (PPA, LDO e LOA) ocasionaram uma grande revolução para as finanças públicas. A LRF produziu grandes mudanças estabelecendo limites e impondo a necessidade de priorizar o planejamento. Introduziu restrições orçamentárias.
Macedo e Lavarda (2013)	Características da produção científica nacional e internacional sobre orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública na primeira década do século XXI.	Pesquisa descritiva com levantamento bibliográfico e abordagem quantitativa.	Na maioria dos anos analisados prevaleceu a produção científica por autores do sexo masculino e que a região Sul foi a que apresentou maior número de publicações em periódicos. Destacaram-se pesquisas descritivas, com abordagem qualitativa, utilização predominante de estratégia bibliográfica e a técnica de coleta de informação documental. Observou-se ainda que são exigidas poucas disciplinas na área pública no currículo dos Cursos de Ciências Contábeis.
Carneiro, Araújo e Vieira (2021)	Análise bibliométrica das pesquisas em contabilidade governamental no congresso ANPCONT de 2011 a 2019.	Pesquisa descritiva, documental com método bibliométrico e abordagem qualitativa e quantitativa.	Os resultados evidenciaram a predominância da análise documental como procedimento técnico, com a abordagem quantitativa. O objetivo de pesquisa mais frequente foi do tipo descritivo. Verificou-se que os autores do sexo masculino são a maioria. A maioria dos artigos foi escrita por dois autores. A maioria dos estudos aborda assuntos relacionados à Gestão Pública, em seguida, aparecem a transparência e o orçamento público.

Freitas, Silva e Prado (2017)	Análise da produção científica sobre contabilidade pública no âmbito brasileiro: um estudo aplicando os conceitos das leis bibliométricas Lotka e Bradford nos principais periódicos da área de Administração e Contabilidade.	Pesquisa descritiva, bibliográfica e quantitativa.	A maioria dos artigos é de autoria de 2 e 3 autores. Verificou-se predominância do gênero masculino. Os autores possuem alto nível de titulação sendo 33,56% doutores. Houve predominância de pesquisas documentais e bibliográficas (50,42%) e estudos de caso (34,45%), a sua maioria, com abordagem qualitativa (58,82%). As subáreas temáticas mais abordadas foram Controle e Transparência Pública, Lei de Responsabilidade Fiscal, Orçamento Público e Custos.
Lyrio, Dellagnelo e Lunkes (2013)	O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI.	Pesquisa documental, descritiva com abordagem quantitativa.	Verificou-se que 54% dos estudos analisados respondem ao setor de administração pública, 38% ao setor de saúde pública e 8% ao setor de educação pública. Percebeu-se uma tendência dos estudos em analisar o tema em nível Federal ou Municipal, com incidência de 39% e 38%, respectivamente. A pesquisa quantitativa surge como principal abordagem utilizada e a econometria surge como principal método.

Os resultados das pesquisas, destacadas na Figura 1, trazem contribuições relevantes. Os estudos mostram que geralmente os homens publicam mais sobre o assunto do que as mulheres e a região sul é a que compreende um maior número de publicações. Quanto a classificação metodológica, todas as pesquisas analisadas foram elaboradas utilizando a natureza descritiva. A maioria dos autores optou pela abordagem quantitativa, com exceção da pesquisa de Xerez (2013) que não identificou qual a abordagem foi utilizada. Carneiro, Araújo e Vieira (2021) utilizaram a abordagem quantitativa e qualitativa.

Freitas, Silva e Prado (2017) destacaram que o tema orçamento público está entre as subáreas temáticas mais abordadas no Brasil no que se refere a produção científica sobre contabilidade aplicada ao setor público. Xerez (2013) evidenciou a importância da criação do PPA, LDO, LOA e da Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto Macedo e Lavarda (2013) concluíram que poucas disciplinas da área pública são exigidas na ementa dos Cursos de Ciências Contábeis.

No que se refere a leis bibliométricas, que é o foco da presente pesquisa foi observado por intermédio de pesquisas no google acadêmico que ao realizar buscas utilizando as expressões “orçamento público” e “leis bibliométricas”, foram encontrados 29 resultados, entretanto, apenas a pesquisa de Freitas, Silva e Prado (2017) apresentou análises sobre orçamento público com o uso das referidas leis. Já na plataforma Spell, não foram encontrados resultados ao pesquisar por “orçamento público” e “leis bibliométricas” tanto no resumo, quanto no título ou em palavras-chaves

Em relação a pesquisas com análise de redes de colaboração científica, foi realizado no google acadêmico uma busca com as expressões “orçamento público” e “redes de colaboração científica”, sem delimitação de ano. Como resultado, foram encontrados apenas 9 artigos, entretanto, nenhum desses abordaram como tema principal o orçamento público. Tais resultados mostraram a escassez de pesquisas sobre o assunto utilizando as técnicas citadas.

3 MÉTODO

A pesquisa teve como objetivo investigar o panorama da produção científica nacional sobre orçamento público durante o período de 2011 a 2021. Para que esse objetivo fosse

atingido, foi realizada uma pesquisa bibliométrica e das redes de colaboração científica, com tipologia de pesquisa descritiva e abordagem quantitativa. O tratamento dos dados foi realizado com uso de estatística descritiva. O estudo bibliométrico consiste em realizar um levantamento de pesquisas relacionadas a um determinado tema e aplicar “técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação)” (Araújo, 2006, p.12).

A bibliometria tem um papel importante na produção científica, pois tende a avaliar por meio de seus indicadores como essa produção vem se desenvolvendo em cada área de conhecimento (Araújo; Alvarenga, 2011). Ela é composta por três leis: a Lei de Bradford, Lei de Lotka e Lei de Zipf. A Lei de Bradford, apresentada em 1934, é conhecida como a lei de dispersão do conhecimento científico, ela mede o grau de atração dos periódicos e tem como objetivo verificar quais são os periódicos que possuem mais relevância em um determinado assunto (Araújo, 2006; Chueke; Amatucci, 2015).

A Lei de Lotka tem como objetivo determinar a produtividade dos autores verificando o impacto que estes possuem em uma determinada área de conhecimento. Essa lei foi formulada em 1926 quando Lotka, através de estudos, conseguiu determinar que uma grande quantidade de pesquisas científicas é produzida por poucos autores (Araújo, 2006; Chueke; Amatucci, 2015). Já a Lei de Zipf, formulada em 1949, descreve qual é a frequência e distribuição de palavras usadas no texto (Alvarado, 1984; Araújo, 2006; Chueke; Amatucci, 2015). Ela é importante para averiguar quais são os assuntos que mais se destacam.

Segundo Beuren et al. (2009, p.75) “outra perspectiva para os estudos bibliométricos é fazê-lo conjugado com análise de redes sociais”, a qual é uma importante ferramenta para avaliar as relações entre os autores. Nesse sentido, Bordin, Gonçalves e Todesco (2014) destacaram que um dos tipos de redes sociais, são as redes de colaborações científicas. Nesse tipo de rede, os relacionamentos entre os autores são analisados para verificar tendências de colaborações na publicação de pesquisas científicas. Os resultados dessas análises ajudam a entender características relacionadas a colaboração, como, por exemplo, o nível de colaboração da comunidade, os grupos que estão isolados e os autores que mais colaboram. Além disso, pode auxiliar em tomadas de decisões dentro da comunidade científica.

A amostra desta pesquisa foi composta por artigos que continham em seu título, palavras-chave ou resumo a expressão “orçamento público”, e que foram publicados entre 2011 e 2021, em língua portuguesa, nos periódicos da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, com estrato Qualis/CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação) de A2 a B5, visto que no Brasil não existem periódicos Qualis/CAPES A1 na área de estudo analisada. Em relação ao período analisado, foram selecionados os últimos 11 anos para avaliar as tendências de pesquisas mais recentes.

A seleção dos artigos foi realizada por intermédio da plataforma Spell, na qual foram encontrados 96 resultados para os filtros selecionados e citados anteriormente, entretanto, alguns artigos foram descartados porque estavam repetidos ou não possuíam a expressão orçamento público no título, palavras-chave ou resumo. Após as análises, a base de dados se concentrou em 72 artigos distribuídos em 43 periódicos científicos.

Os dados da pesquisa foram organizados em tabelas com o auxílio do Microsoft Office Excel. A análise dos dados foi segregada em três etapas: perfil das publicações, perfil dos autores e perfil das instituições de ensino superior. No que se refere ao perfil das publicações, foram analisados a frequência de artigos publicados por ano e por periódicos, ocorrência de palavras-chave, a nota Qualis/CAPES, metodologias e abordagens de pesquisa. Já em relação ao perfil dos autores, foram analisados a quantidade de autores por artigo, o gênero, a frequência de contribuições por autor e a análise de redes de colaboração científica. No perfil das

instituições de ensino superior, foi realizada a análise de redes de colaborações científicas, e, para tal, foi utilizado o NodeXL que é um suplemento do Excel.

Nas duas primeiras etapas foram aplicadas técnicas de estatística descritiva, cujos resultados abrangeram uma análise conjunta das três leis bibliométricas (Lei de Bradford, Lei de Zipf e Lei de Lotka).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram segregados em três etapas, conforme descrito no método. A primeira destina-se a análise do perfil das publicações; a segunda é dedicada a apresentar e analisar o perfil dos autores; e, a terceira, dedicada a retratar o perfil das instituições de ensino superior.

4.1 Perfil das publicações

Os 72 artigos coletados foram distribuídos na Tabela 1 de acordo com o ano de publicação, de modo a encontrar-se a produtividade anual.

Tabela 1 - Distribuição de frequência de artigos publicados por ano

Ano	Quantidade de artigos publicados	Frequência (%)
2011	3	4%
2012	5	7%
2013	6	8%
2014	7	10%
2015	7	10%
2016	4	6%
2017	7	10%
2018	5	7%
2019	4	6%
2020	14	19%
2021	10	14%
Total	72	100%

Com os dados da Tabela 1, foi observado que em 2020 houve o maior número de publicações, totalizando 14 artigos, o que corresponde a 19% do total, sendo seguido pelo ano de 2021 com 14% das publicações. Tal resultado, se mostrou incomum, visto que nos anos anteriores a faixa de produção anual ficou entre 3 e 7 artigos. Não se sabe se o fato da pandemia do coronavírus iniciada em 2020 tenha relação com esses resultados, visto que apenas a pesquisa de Monteiro et al. (2021) tem como tema a relação entre o orçamento público e os reflexos da covid-19.

A Tabela 2 mostra a frequência das publicações por periódicos sobre orçamento público entre os anos de 2011 e 2021. Ao todo, foram analisadas publicações de 43 periódicos, conforme destacado na metodologia.

Tabela 2 - Distribuição de frequência das publicações por periódicos

Periódicos	Qualis/CAPES	Quantidade de artigos	Frequência (%)
Revista do Serviço Público	B2	9	13%
Revista de Administração Pública	A2	5	7%
Administração Pública e Gestão Social	B1	4	6%
Revista Amazônia, Organizações e Sustentabilidade	B3	4	6%
Reuna (ON LINE)	B3	3	4%

Revista Capital Científico - Eletrônica (RCCe)	B3	3	4%
Revista Mineira de Contabilidade	B3	3	4%
Revista Contabilidade, Gestão e Governança	B1	2	3%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	B2	2	3%
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	B3	2	3%
Revista da CGU	B4	2	3%
Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPI	B5	2	3%
Periódicos com 1 publicação	-	31	43%
Total	-	72	100%

Na Tabela 2, pode-se observar que 43% dos periódicos, ou seja, quase a metade, foi responsável por apenas uma publicação. Já as revistas do Serviço Público e Revista de Administração Pública foram os periódicos que mais publicaram sobre o assunto no período analisado, correspondendo a 13% e 7%, respectivamente. Seguindo os preceitos da Lei de Bradford, os periódicos foram separados em 3 zonas, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de frequência dos periódicos por zona

Zonas	Quantidade de periódicos	Frequência de periódicos por zona (%)	Quantidade de artigos por periódico
Zona 1	5	12%	1/3
Zona 2	15	35%	1/3
Zona 3	23	53%	1/3
Total	43	100%	

Para distribuir os periódicos em zonas, primeiramente, todas as revistas foram ordenadas do maior para o menor conforme o número de publicações, como demonstrado na Tabela 2. Em seguida, ao dividir os 72 artigos por 3, foi encontrado o total de 24 artigos. Esse resultado mostra que cada zona apresentada na Tabela 3 é composta por periódicos que juntos publicaram cerca de 24 artigos. Deste modo, é possível observar que na zona 1, apenas 12% dos periódicos são responsáveis por 1/3 das publicações, enquanto na zona 2 essa porcentagem aumenta para 35%. Já a zona 3, é responsável por mais da metade dos periódicos (53%). Tais resultados corroboram os preceitos da Lei de Bradford, a qual afirma que na primeira zona existem poucos periódicos que são altamente produtivos, enquanto na segunda e terceira zonas existem maiores quantidades de periódicos, que são menos produtivos (Araújo, 2006).

Já em relação a qualidade dos periódicos, foi necessário averiguar o Qualis, o qual é uma metodologia de avaliação utilizado pela CAPES em que são atribuídas notas de acordo com a qualidade dos periódicos e livros (Leite; Codato, 2013). A Tabela 4 destaca o Qualis/CAPES atribuído a cada periódico analisado.

Tabela 4 - Relação entre a quantidade de periódicos por nota Qualis/Capes

Qualis/CAPES	Quantidade de periódicos	Frequência (%)
A2	7	16%
B1	4	9%
B2	14	33%
B3	13	30%
B4	3	7%
B5	2	5%
Total	43	100%

Os dados da Tabela 4 mostram que os artigos foram publicados em periódicos que possuem notas entre A2 e B5, visto que no Brasil não existiam, no momento da pesquisa, periódicos na área analisada que tinham Qualis/CAPES A1. Nesse sentido, é importante ressaltar que 25% dos artigos foram publicados em periódicos com estratificação

Qualis/CAPES superior, ou seja, com notas entre A2 e B1. Enquanto isso, a maior parte dos artigos, 66%, foi publicada em periódicos de média qualidade, com classificação Qualis/CAPES entre B2 e B3. E, apenas 12% dos artigos foram publicados em periódicos de baixa pontuação, com notas B4 e B5. A Revista de Administração Pública, que foi o segundo periódico que mais contribuiu sobre o assunto durante o período analisado, com 5 artigos publicados, possui o Qualis A2, indicando que os artigos publicados por ela possuem uma qualidade melhor em relação aos demais.

A Lei de Zipf foi utilizada para analisar a frequência de palavras empregadas nos artigos analisados de modo a descobrir os assuntos mais comentados. Para tal, os resumos de todos os artigos coletados foram compilados e carregados no site wordart. Como resultado, foi elaborada a Figura 2.

Figura 2 - Nuvem de palavras



As palavras que mais se repetiram foram orçamento, público e pesquisa. Por intermédio de programas de contagem de palavras, foram observadas que as palavras citadas se repetiram cerca de 117, 83 e 62 vezes, respectivamente. Na Figura 2 foram retiradas as expressões citadas acima para analisar outros assuntos que se destacaram nas pesquisas analisadas. Pode-se observar a predominância das palavras: orçamentária, pública, município, recurso, estado, gestão, processo, gasto, execução e política. Assim, pode-se observar que pesquisas em orçamento público realizaram análises quanto a estas temáticas relacionando-as com as políticas públicas implementadas pelos governos estaduais e municipais, como também aos gastos realizados e a gestão e processo orçamentário. Tal resultado comprova que os artigos selecionados estão de acordo com a proposta dessa pesquisa.

Já em relação à classificação metodológica dos artigos, estes foram categorizados de acordo com o Manual de Publicação da APA (2012), conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição de frequência quanto ao tipo de estudo conforme a APA

Tipo de Estudo	Quantidade de artigos	Frequência (%)
Estudo empírico	58	81%
Revisão de literatura	8	11%
Estudo de caso	6	8%
Total	72	100%

Os resultados da Tabela 5 mostraram que 81% dos artigos analisados foram classificados em estudos empíricos, os quais, de acordo com o Manual de Publicação da APA (2012), são relatos de pesquisa original, que inclui análises secundárias, testes de hipóteses e apresenta novas análises não abordados anteriormente. Dividem-se em introdução, método,

resultados e discussão. Já a revisão de literatura, foi responsável por 11% do total de artigos, enquanto os estudos de caso contribuíram com apenas 8%.

Quanto a abordagem, os resultados foram expostos na Tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição de frequência quanto a abordagem

Abordagem	Quantidade	Frequência (%)
Quantitativa	28	39%
Qualitativa	35	49%
Qualitativa e quantitativa	9	13%
Total	72	100%

A pesquisa qualitativa foi a mais utilizada, com 49% do total, conforme dados da Tabela 6. Já a pesquisa quantitativa foi responsável por 39%, enquanto a abordagem qualitativa e quantitativa foi utilizada em apenas 13% dos artigos. A pesquisa de Freitas, Silva e Prado (2017) que tratou sobre a produção científica da contabilidade pública no âmbito brasileiro apresentou resultados semelhantes. Por fim, no que se refere ao perfil das publicações, foi elaborada a Tabela 7 para destacar as relações entre palavras-chave, abordagem e o tipo de pesquisa.

Tabela 7 - Relação entre palavras-chave, abordagem e tipo de pesquisa

Palavras-chaves	Qualitativa				Qual. e Quant.			Quantitativa				Total Geral
	Estudo de caso	Empírico	Revisão de lit.	Total	Empírico	Revisão de lit.	Total	Estudo de caso	Empírico	Revisão de lit.	Total	
Orçamento Público	4	13	3	20	4	2	6		18	1	19	45
Finanças públicas		3	1	4					3		3	7
Execução Orçamentária		1		1	1		1		3		3	5
Orçamento		3	1	4					1		1	5
Políticas públicas		3		3					1		1	4
Planejamento público	1	2		3								3
Contabilidade Pública					1		1		2		2	3
Orçamento Participativo		2	1	3								3
Controle Social		1	1	2		1	1					3
Planejamento		2		2					1		1	3
Transparência		2		2					1		1	3
Despesas públicas		1		1	1		1		1		1	3
Restos a pagar		2		2	1		1					3
Gestão Pública		1		1					2		2	3
Administração Pública		1	1	2					1		1	3
Municípios		1		1	1		1		1		1	3
Citação menor que 3	11	62	14	87	19	5	24	3	74	2	79	190
Total Geral	16	100	22	138	28	8	36	3	109	3	115	289

Com os dados da Tabela 7, pode-se observar que a palavra-chave orçamento público foi a que mais se destacou, com 45 repetições, seguida de finanças públicas, execução orçamentária, orçamento e políticas públicas com 7, 5, 5 e 4 repetições, respectivamente. Foi observado também que, as palavras-chave orçamento público, finanças públicas, orçamento, políticas públicas, planejamento público e orçamento participativo foram utilizadas mais vezes em artigos com abordagem qualitativa, enquanto as palavras-chave execução orçamentária, contabilidade pública e gestão pública obtiveram predominância de análises quantitativas.

Quanto as análises referentes ao tipo de estudo, foi constatado que o estudo empírico foi predominante em todos os 3 tipos de abordagens.

4.2 Perfil dos autores

No que se refere ao perfil dos autores, foi realizada inicialmente a distribuição de frequência de autores por artigos, a qual pode ser observada na Tabela 8.

Tabela 8 - Distribuição de frequência de autores por artigo

Autores	Quantidade de artigos	Frequência (%)	Frequência acumulada (%)
Um autor	10	14%	14%
Dois autores	28	39%	53%
Três autores	17	24%	76%
Quatro autores	11	15%	92%
Cinco autores	6	8%	100%
Total	72	100%	100%

Com os dados da Tabela 8, pode-se perceber que a maioria dos artigos foi escrita por dois autores, cerca de 39%, o que corrobora Carneiro, Araujo e Vieira (2021), visto que os autores concluíram que existe predominância de artigos escritos por 2 autores. Além disso, foi observado na Tabela 8 que apenas 8% dos artigos foram publicados por grupos de 5 autores. Também, é importante frisar que 86% dos artigos analisados foram escritos em coautoria, ou seja, com a presença de mais de 1 autor.

Além da análise de quantidade de autores por artigo, foi realizado o levantamento do perfil dos autores quanto ao gênero, cujos resultados podem ser observados na Tabela 9.

Tabela 9 - Distribuição de frequência por gênero

Gênero	Quantidade de autores	Frequência (%)
Feminino	59	34%
Masculino	116	66%
Total	175	100%

Ao observar a Tabela 9, foi constatado que o sexo masculino publicou quase o dobro do sexo feminino, com 66% e 34%, respectivamente. Macedo e Lavarda (2013) também concluíram que o sexo masculino publica mais do que o sexo feminino, entretanto, a diferença entre os gêneros foi menor, sendo 53% masculino e 47% feminino.

Outra análise sobre o perfil dos autores, diz respeito a frequência de contribuições por autor, conforme dados da Tabela 10.

Tabela 10 - Distribuição de frequência de contribuições por autor

Contribuições por autor	Nº de autores	Frequência (%)	Frequência acumulada (%)
1	163	93%	93%
2	8	5%	98%
3	4	2%	100%
Total	175	100%	100%

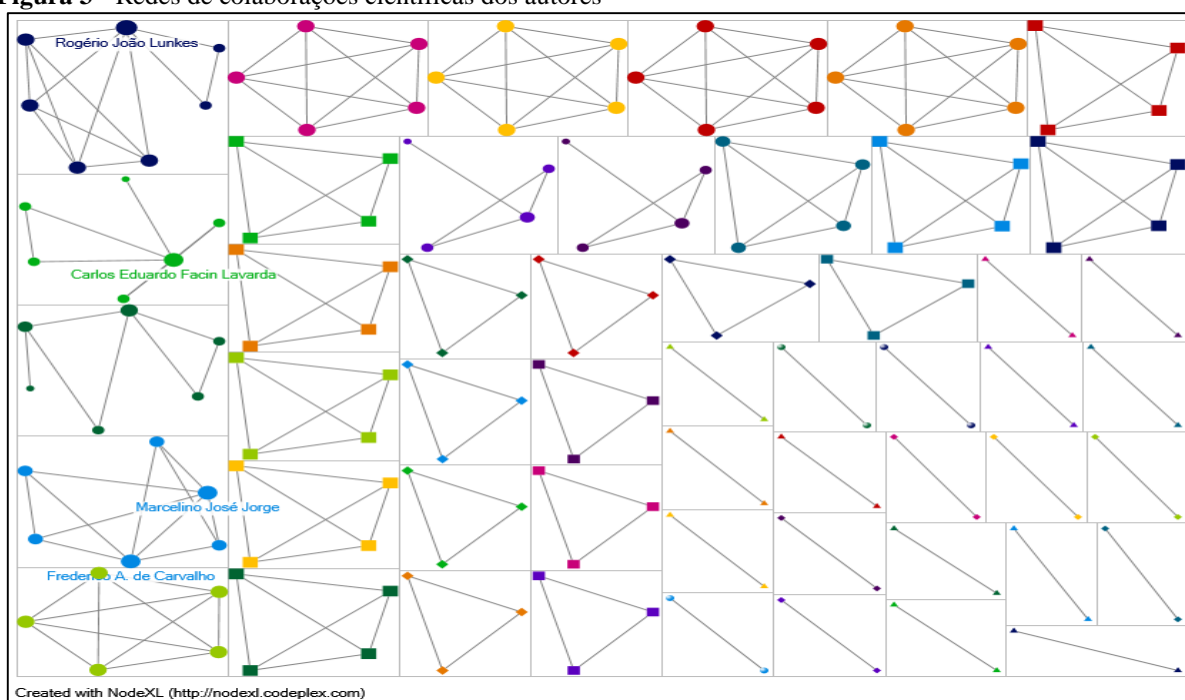
Os resultados da Tabela 10 revelam que 93% dos autores publicaram apenas 1 vez, enquanto apenas 5% publicaram 2 vezes, e 2% dos autores publicaram 3 vezes. Deste modo, a Lei de Lotka pode ser comprovada, visto que, através dos resultados apresentados na Tabela 10 foi possível concluir que muitos autores publicaram pouco e poucos autores publicaram muito.

Os quatro autores que publicaram mais vezes sobre o assunto foram: Carlos Eduardo Facin Lavarda, Ricardo Corrêa Gomes, Ricardo Rocha de Azevedo e Welles Matias de Abreu, ambos publicaram 3 vezes no período analisado.

Os autores Ricardo Rocha de Azevedo e Welles Matias de Abreu têm ampla experiência no serviço público, sendo o primeiro ex-contador do município de Ribeirão Preto e ex-consultor de contabilidade pública; já o segundo, é servidor público federal e tem experiência profissional na área de orçamento público. O autor Carlos Eduardo Facin Lavarda, é professor da Universidade Federal de Santa Catarina e tem experiência na área de contabilidade gerencial e planejamento, enquanto o autor Ricardo Corrêa Gomes é doutor em gestão pública e mestre em administração pública. Logo, ao analisar as experiências profissionais de cada autor, pode-se chegar à conclusão de que os autores que mais contribuíram durante o período são pessoas que têm o seu campo de atuação focado especificamente na área pública ou na área gerencial e de planejamento.

Outra análise interessante sobre o perfil dos autores é relacionada a rede de colaboração científica formadas por eles, a qual pode ser vista na Figura 3, em que os vértices representam os autores e as linhas representam os laços, ou seja, as interações entre cada membro da rede.

Figura 3 - Redes de colaborações científicas dos autores



Fonte: Elaboração própria no NodeXL, 2022.

De acordo com Bordin, Gonçalves e Todesco (2014) uma rede entre autores pode ser analisada de várias formas, entre elas pode-se destacar a análise individual ou em grupo. Em relação a análise de grupo, foram destacados na Figura 3 todos os 51 subgrupos formados nesta rede. Cada subgrupo mostra os laços entre os autores, ou seja, as parcerias. Na análise realizada através do NodeXL foram encontrados 202 laços. Já em relação a análise individual, pode-se destacar o número de colaborações entre os autores. Na Figura 3, foram destacados os 4 autores que tiveram maior colaboração dentro dessa rede. O autor Rogério João Lunkes realizou 6 parcerias, enquanto os autores Carlos Eduardo Facin Lavarda, Marcelino José Jorge e Frederico A. de Carvalho realizaram 5 parcerias cada. O número de colaborações não significa que o autor publicou muito sobre o assunto, mas sim, que em suas publicações ele teve uma quantidade elevada de parcerias.

Em relação a densidade, foi observado que a rede estudada não é muito densa, visto que se obteve um índice de 0,014, em que 1,00 significaria uma rede totalmente densa e nesse caso todos os agentes teriam interações entre si. Esse resultado pode ser observado na Figura 3, a qual demonstra a existência de diversos subgrupos isolados entre si.

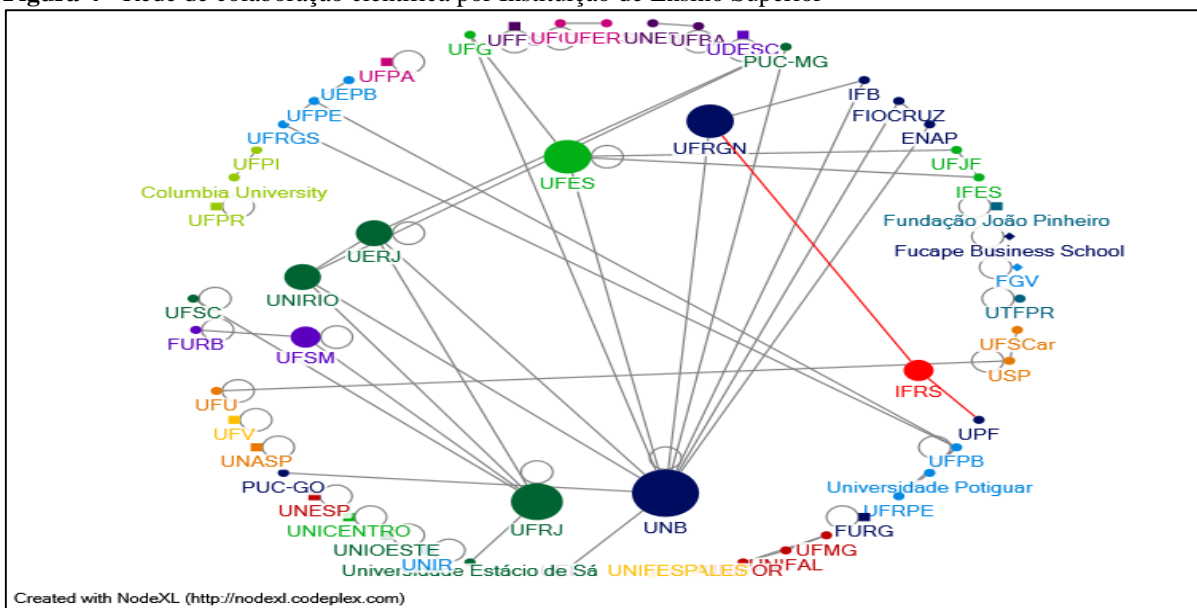
Outra medida relevante de se analisar é a da centralidade, a qual mostra a posição de cada autor em relação a rede. Essa medida é associada ao poder, pois quanto maior ela for, mais relações e oportunidades essas pessoas têm dentro da rede (Maia; Caregnato, 2008). Na rede em estudo, foi analisada a medida de centralidade de intermediação, na qual se destacaram os autores Rogério João Lunkes e Carlos Eduardo Facin Lavarda com grau 8, sendo o maior da rede. Isso significa que esses autores, por terem o maior grau de centralidade de intermediação, possuem mais possibilidades de fazer parcerias sobre o assunto estudado do que os demais membros da rede.

Para melhor entender esta análise basta observar o primeiro grupo da Figura 3, em que o autor Rogério João Lunkes faz relação direta com todos os outros 6 membros do grupo, formando uma ponte entre os autores. Neste caso, para que haja contato entre alguns dos membros da rede é necessário que primeiro ocorra contato com o autor citado, por isso, ele possui um elevado grau de centralidade de intermediação, e pode ser considerado uma pessoa chave no seu grupo, agindo como ponte entre os membros.

4.3 Perfil das instituições de ensino superior

A Figura 4 mostra os resultados das análises de redes de colaboração científica por instituição de ensino superior.

Figura 4 - Rede de colaboração científica por Instituição de Ensino Superior



Fonte: Elaborada própria no NodeXL, 2022.

Ao analisar a Figura 4 criada no NodeXL, foi observado que a Universidade de Brasília (UnB) foi a que mais se destacou no período analisado. Ela fez conexões com 13 outras universidades. Além dela, também se destacaram a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 7 conexões, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estas três últimas com 6 conexões cada.

Nesta pesquisa, foram encontradas 56 instituições de ensino superior, destas, apenas 11 obtiveram algum grau de centralidade de intermediação, as quais foram evidenciadas na Tabela 11.

Tabela 11 - Grau de centralidade de intermediação das Instituições de Ensino Superior

Instituição	Centralidade de Intermediação
UNB	149
UFRJ	69
UFES	36
UFRGN	36
UERJ	35
UNIRIO	35
UFSM	19
IFRS	19
UFPB	6
UFPE	4
USP	1

Conforme dados da Tabela 11, a Universidade de Brasília foi a instituição de ensino superior que apresentou o maior grau de centralidade de intermediação, com índice de 149, sendo mais que o dobro do grau de centralidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, segunda colocada nessa listagem, com apenas 69. Tal resultado demonstra a relevância da Universidade de Brasília no cenário da pesquisa científica nacional sobre orçamento público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar o panorama da produção científica nacional sobre orçamento público durante o período de 2011 a 2021. O objetivo foi atingido por meio de análises bibliométricas e de redes de colaborações científicas. A base de dados foi composta por 72 artigos de 43 periódicos coletados na plataforma Spell.

No que se refere as leis bibliométricas, os resultados encontrados estão de acordo com o proposto nas leis de Bradford, Lotka e de Zipf. Para a Lei de Bradford, os resultados mostraram que poucos periódicos são altamente produtivos, dos quais se destacaram a Revista do Serviço Público e a Revista de Administração Pública, responsáveis por 13% e 7% das publicações, respectivamente. Já a Lei de Lotka mostrou que muitos autores publicaram pouco e poucos autores publicaram muito, visto que do total de 175 autores, 93% publicaram apenas uma vez. A Lei de Zipf, por sua vez, destacou que as palavras orçamento, público, pesquisa, política, gestão, gasto, estado e município foram as que mais se repetiram nos resumos das pesquisas estudadas.

Os resultados das análises do perfil das publicações mostraram que os anos de 2020 e 2021 foram os que concentraram a maior parte das publicações, cerca de 19% e 14% do total. Foi observado também que a maior parte das pesquisas é classificada como estudos empíricos, e que a abordagem qualitativa foi a mais utilizada, com 49% do total; enquanto as abordagens quantitativas e quali-quantitativas foram responsáveis por 39% e 13%, respectivamente.

Em relação aos perfis dos autores destaca-se que 66% das publicações foram realizadas pelo sexo masculino e que 86% dos artigos foram publicados em coautoria. Os autores que mais publicaram foram Carlos Eduardo Facin Lavarda, Ricardo Corrêa Gomes, Ricardo Rocha de Azevedo e Welles Matias de Abreu.

Por fim, foram analisadas as redes de colaborações científicas. Entre os principais resultados destacam-se que o autor Rogério João Lunkes foi responsável pelo maior número de parcerias da rede, e a Universidade de Brasília foi a instituição de ensino superior que mais se destacou no período.

Verificou-se, portanto, que existe escassez de pesquisas sobre orçamento público com o uso das leis bibliométricas e das redes de colaborações científicas, as quais são importantes para demonstrar as características e tendências das publicações na comunidade científica. O estudo mostrou como as publicações sobre orçamento público vêm se desenvolvendo no Brasil nos últimos 11 anos. Esses resultados podem contribuir para um melhor entendimento do assunto e colaborar com novas pesquisas relacionadas a temática estudada.

As limitações da pesquisa foram o período analisado e a base de dados que foi composta somente por periódicos, não levou em consideração outras formas de publicações científicas. Como sugestões para pesquisas futuras destaca-se a busca de artigos em outras bases de dados, como nos anais de congressos, por exemplo. Sugere-se também que sejam analisados outros períodos para avaliar se houve mudanças nos resultados ao longo dos anos. Além disso, outros indicadores das redes de colaborações científicas podem ser analisados para avaliar as interações entre os membros da comunidade científica. Por fim, sugere-se também a pesquisa em fontes internacionais.

REFERÊNCIAS

- ALVARADO, R. U. A Bibliometria no Brasil. *Ciência da informação*, v.13, n.2, p. 91–105, 1984.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Manual de publicação da APA*. 2012.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria : evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, v. 12, n.1, p. 11–32, 2006.
- ARAÚJO, R. F.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v.16, n. 31, p. 51–70, 2011.
- BEUREN, I. M. et al. Redes de pesquisa entre os egressos do curso de doutorado em ciências contábeis da FEA/USP. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 12, n. 3, p. 72–86, 2009.
- BORDIN, A. S.; GONÇALVES, A. L.; TODESCO, J. L. Análise da colaboração científica departamental através de redes de coautoria. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 19, n. 2, p. 37–52, 2014.
- BRASIL. *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acesso em: 5 jul. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 out. 2023.
- BRASIL. *Manual Técnico de Orçamento MTO 2021*. 2021. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2021>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- BRASIL. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 2022. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>. Acesso em 10 ago., 2023.
- CARNEIRO, A. D. F.; ARAUJO, N. R. B. de; VIEIRA, J. T. Análise bibliométrica das pesquisas em contabilidade governamental no congresso anpcont de 2011 a 2019. *Revista Científica da AJES*, v.10, n. 20, p.10–31, 2021.
- CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria ? Uma introdução ao Fórum. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, v. 10, n. 2, p 1–5, 2015.
- FERREIRA, F. G. B. de C.; OLIVEIRA, C. L. de. O orçamento público no Estado

- constitucional democrático e a deficiência crônica na gestão das finanças públicas no Brasil. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, v. 38, n. 76, p. 183-212, 2017.
- FREITAS, B. A. de; SILVA, D. A. da; PRADO, T. A. dos R. Análise da produção científica sobre contabilidade pública no âmbito brasileiro: um estudo aplicando os conceitos das leis bibliométricas Lotka e Bradford nos principais periódicos da área de administração e contabilidade. *Anais do Congresso UFU de Contabilidade*, Uberlândia, Brasil, 2017.
- FREZATTI, F. *Orçamento Empresarial: planejamento e controle gerencial*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIACOMONI, J. *Orçamento Público*, 16 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- IUDÍCIBUS, S. de et al. *Contabilidade Introdutória*, 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- KOSCIANSKI, R. *O orçamento-programa como instrumento de planejamento e gerenciamento públicos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2003.
- LEITE, F.; CODATO, A. Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira : o papel do sistema Qualis-Capes. *Agenda Política*, v. 1, p. 1–21, 2013.
- LYRIO, M. V. L.; DELLAGNELO, E. H. L.; LUNKES, R. J. O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 3, n. 1, p. 90–106, 2013.
- MACEDO, F. F. R. R.; LAVARDA, C. E. F. Características da produção científica nacional e internacional sobre orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública na primeira década do século XXI. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 5, n. 1, p. 70–90, 2013..
- MAIA, M. DE F.; CAREGNATO, S. E. Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 2, p. 18–31, 2008.
- MARION, J. C. *Contabilidade Empresarial*, 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MILIONI, K. C.; BEHR, A.; GOULARTE, J. L. L. Análise do processo de elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual em uma instituição pública federal de ensino superior. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, v. 8, n. 4, p. 164–188, 2015.
- MONTEIRO, J. J. et al. Reflexos da covid-19 no orçamento público do governo federal. *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 97–116, 2021.
- NUNES, A.; OLIVEIRA, R. B.; BÉU, R. B. O orçamento-programa no contexto da gestão pública. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v. 19, n. 3, p. 424–432, 2015.
- PERES, U. D.; SANTOS, F. P. dos. Gasto público e desigualdade social o orçamento do governo federal brasileiro entre 1995 e 2016. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, 2020.
- PIRES, J. S. D. B.; MOTTA, W. F. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 25, n. 2, p. 16–25, 2006.
- SANTOS, A. J. dos. Orçamento público e os municípios : alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na administração pública municipal. *REAd: Revista Eletrônica de Administração*, v. 7, n. 4, p. 1-23, 2001.
- SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. *Transinformação*, v. 28, n. 1, p. 15–31, 2016.
- SILVA, V. L. da. *A Nova Contabilidade Aplicada Ao Setor Público*, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- XEREZ, S. R. D. A evolução do orçamento público e seus instrumentos de planejamento. *Revista Científica Semana Acadêmica*, Fortaleza, ano MMXIII, n. 000043, 2013.